# Tecendo sobre os ciclos de violência dentro dos ambientes escolares

Anna Clara Coutinho Vaz Antunes | Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Luiza Salles Ricardo | Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

O ambiente escolar é um ecossistema de troca, entretanto, também reflete tensões sociais vividas exteriormente a ela. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo entender como os ciclos de violência escolares são alimentados por dinâmicas internas à escola e seus desdobramentos. A partir da vivência de estágio de duas estudantes de Pedagogia, este texto é tecido por seus relatos de experiências e o embasamento teórico em Jerry D'Avila (2006), Paulo Freire (1968), Bernard Charlot (2002) e Pierre Bourdieu (1989) sobre suas concepções de violência e educação.

Palavras Chaves: Escola, violência, ciclos e estágio.

Resumo Expandido:

O ambiente escolar é um espaço dinâmico com diversas experiências e histórias que se encontram. Cada pessoa que o compõem, sejam alunos, professores ou funcionários, trazem consigo uma bagagem única, contribuindo para a riqueza e a diversidade que caracterizam a comunidade escolar. No entanto, assim como em qualquer meio social, a escola também reflete as tensões e desafios da sociedade em que está inserida, tensões essas que carregam violências para as relações interpessoais presentes no ambiente. Dentro desse contexto, a partir da junção de relatos de experiência de duas estudantes de Pedagogia da UFRJ, com vivências em escolas municipais do Rio de Janeiro pelo estágio obrigatório de prática em educação infantil, este trabalho busca entender como os ciclos de violência escolares são alimentados por dinâmicas internas à escola. Esta temática surge pelas discussões construídas pela disciplina e entre as práticas das estudantes, tendo como objetivo apresentar os ciclos de violência vividos e observados pelas estudantes nesse período. As experiências durante o estágio foram tão significativas para as estudantes, que suas experiências têm como encontro para a base teórica Diploma de brancura (2006) de Jerry D'Avila, Pedagogia do Oprimido (1968) de Paulo Freire, Os conceitos de violência na escola (2008) de Bernard Charlot e O poder simbólico (2012) de Pierre Bourdieu.

No artigo de Bernard Charlot (2008), são analisadas as violências que acontecem dentro da escola e suas classificações para um melhor entendimento desses fenômenos intraescolares. No texto, são apresentados três tipos de violência, sendo elas: a *violência na escola*, sendo ela uma violência construída fora do ambiente escolar, mas ele é usado como local da sua objetificação; a *violência à escola*, nessa as ações de caráter violento são constituídas dentro da escola, sendo feita de algo ou alguém à instituição; e a *violência da escola*, já essa é cometida pela instituição escolar contra os estudantes, por meio de mecanismos institucionais. Nesse artigo iremos abordar tais violências vividas para tecer com os relatos de experiência das duas estudantes de Pedagogia da UFRJ. Dentro dos relatos, ambas as estudantes de pedagogia estão em uma escola municipal localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, sendo uma na sala de pré-escolar I e outra na de pré-escolar II.

Ao analisar o trabalho feito por Jerry D’Avila (2006), podemos entender os determinantes históricos para alguns ciclos de violência. A obra mostra os processos da implementação das reformas educacionais das escolas públicas do Rio de Janeiro, durante a República Velha e a Era Vargas, feitos por Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo nas primeiras décadas do século XX, temos impactos como: a implementação da disciplina de Educação Física para a docilização dos corpos, de um currículo escolar eugenista e assim, a difusão de políticas eugenistas. Tais impactos seguem firmes até hoje no ambiente escolar, sendo vistos por ambas as estagiárias em suas experiências de estágio, sendo uma violência na escola. A eugenização se mostra na escola com comentários de crianças negras sentidas por seus traços e cores de pele, ao se compararem com seus colegas brancos sobre o tratamento e a bagagem cultural vividos entre eles. Por mais que essa escola não se mostre um “órgão racista”, ela reflete os racismos que essas crianças sofrem em sociedade e se cala perante tais denúncias tão singelas feitas por crianças. Sendo assim, a não ação da escola é considerada uma violência às crianças?

Com o trabalho desenvolvido por Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido (1968), é debatida uma perspectiva do oprimido e opressor junto com a do educador e educando e como elas são articuladas. Também é abordada a educação bancária como a educação dos opressores, que é onde o professor vê o estudante como um depósito de conteúdo, sem considerar sua bagagem de vida, sem estimular o pensamento crítico, como se os estudantes fossem meros objetos de recepção. Na obra, ele também fala sobre a libertação desse ciclo, acreditando que para que isso aconteça, a liberdade precisa ser alcançada em união.

Na turma estagiada de pré-escolar II, com crianças na média de 5 a 6 anos de idade, sendo treze meninos e sete meninas, de diversas raças e classes sociais, algumas práticas eram muito bem recepcionadas pelas crianças. A partir da singularidade de cada uma, a professora regente trazia temas a serem debatidos, como: raça, classe social, gênero e sexualidade, sempre de forma apropriada para a idade das crianças. Ao decorrer de um dos debates sobre gênero, o tema machismo surgiu, e, com isso, os meninos da turma ficaram divididos em como deveriam ser suas posturas. Metade falou que ajudava com as atividades de casa entre outras coisas que são vistas pela sociedade como “coisa de mulher”, e a outra metade falou que agia de maneira oposta a dos outros meninos, pois sua concepção era baseada no que viam em casa. Após isso, as crianças foram para a aula de Educação Física. Lá, a professora começou a explicar como seriam as brincadeiras do dia, e enfatizou que, em todas, meninos “colavam” meninos e meninas “colavam” meninas, com a explicação de que meninas seriam muito frágeis e meninos muito brutos. Ao decorrer da brincadeira de pique-pega, um menino “colou” uma menina e, imediatamente, a professora ficou de frente para ele perguntando de forma raivosa: “Você é menino ou menina?”. O menino ficou apavorado e a estagiária em choque, sem saber como proceder em uma situação dessas. O menino balançava negativamente com a cabeça e repetia: “Menino, tia. Sou menino!”. Essa prática da professora demonstra o mesmo machismo estrutural que os meninos apresentaram ver em suas casas no debate ocorrido mais cedo aquele dia.

Já com a outra estudante de Pedagogia que faz estágio com a turma do pré-escolar I, com crianças de 4 e 5 anos, também foi vivenciada a mesma situação durante a aula de Educação Física, onde a professora também separou todas crianças na brincadeira por gênero. As crianças dessa turma sempre tiveram o mesmo impulso de começar a brincarem todas juntas, já que o perfil dela no início era de todos estarem sempre juntos, até a professora de educação física ter a mesma atitude que anteriormente foi relatada. Com o passar do tempo, a turma começou a se separar naturalmente, principalmente nos momentos de brincadeira, onde os meninos se concentram em uma mesa com bonecos de super-heroi e as meninas com bonecas e panelinhas. Sendo assim, um reflexo das divisões por gênero da parte dessa professora.

Seria a postura da professora de educação física uma violência àquele aluno por o interrogar tão rispidamente se o mesmo era menino ou menina? Seria sua instrução, ao início das brincadeiras, de meninos só tem determinada atitude com meninos e meninas só outra totalmente diferente, uma violência àquele grupo? Bernard Charlot (2008) caracteriza a violência como um fenômeno de facetas múltiplas, com formas e sentidos que variam conforme o período histórico-social ou o contexto cultural em que é produzida. O teórico discorre sobre os tipos de violência que ocorrem nas escolas, e de acordo com os estudos do mesmo, essa atitude da professora de educação física seria uma violência da escola aos alunos. Esse tipo de violência para Charlot é simbólica e institucional, praticada pelos agentes da escola de diversas maneiras em suas práticas.

Além disso, relacionando com o trabalho de Paulo Freire (1968), a prática dessa professora é bancária, tendo em vista que ela não enxerga esses estudantes como sujeitos. Freire (1968, p.8) traz o seguinte raciocínio falando sobre essa prática: “Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem, pacientemente, memorizam e repetem.”, e não é essa a lógica dessa docente? Ela espera que eles reproduzam sem haver questionamentos, quando eles os fazem, são reprimidos por ela.

Outra vivência foi o conselho de classe, que acontece a cada bimestre nas escolas da rede municipal. Nele, existe a presença dos pais das crianças para que os mesmos possam participar de debates sobre a escola com o corpo docente. Em determinado momento, uma das mães das crianças questionou a diretora, que estava presente no conselho, sobre o que as crianças fazem quando as aulas acabam, mas os pais ainda não chegaram, pois a saída começa às 14:30 da tarde e a escola fecha às 16:00 da tarde. Tal questionamento nasceu porque, ao término do período de aulas, as crianças vão à sala de vídeo assistir filmes para passar o tempo, entretanto, nem todas gostam da atividade, então a mãe perguntou se não seria possível parte das crianças brincar no parquinho, para que a ansiedade de que seu responsável ainda não tivesse chegado para a buscar, pois o mesmo estaria saindo do trabalho para buscar o filho. A partir desse momento, começou uma discussão, pois a diretora não tem funcionários suficientes para ficar em dois lugares ao final das aulas e a mãe estava preocupada com o bem-estar de sua criança até que ela fosse embora. Infelizmente, nesse caso ambas saíram de mãos atadas, sem nenhuma resolução, pois as providências cabíveis não eram da escola, mas sim de políticas públicas municipais. Seria então o município a violentar a escola e os responsáveis sem políticas públicas que comportassem a necessidade das crianças em escolas?

“O golpe de Estado do qual nasceu o Estado [...] testemunha um golpe de força simbólico extraordinário que consiste em fazer aceitar universalmente, nos limites de um certo território..., a ideia de que todos os pontos de vista não são válidos e que há um ponto de vista que é a medida de todos os pontos de vista, dominante e legítimo” (Bourdieu, 2012, p. 144)

Tal citação de Bourdieu explicita a violência simbólica do Estado, em como apenas o ponto de vista dele é válido, em como apenas as políticas públicas que ele oferece já são o suficiente para comportar a rede de ensino municipal, sendo qualquer outro ponto de vista silenciado ao tentar fazer diferente. Ainda para Bourdieu (2012, p.275), “Dizer que o Estado é legítimo é dizer que ele pode conseguir submissão sem coação, ou melhor, com uma forma de coação, que chamo de poder simbólico, e que é absolutamente particular.”, assim sendo o poder simbólico do Estado descrito. A sua internalização de normas legitima seu poder, que se apoia em seu reconhecimento de imposição determinada e mantida pela coerção invisível. Com isso, entendemos que a escola e a sociedade estão tão imersas nessa internalização, que é natural a ascensão de problemas e sua queda rápida sem revoltas, pelo comportamento displicente do Estado mas sua estrutura carregada da manutenção do medo.

Diante das experiências tecidas de reflexões teóricas, torna-se evidente como o ambiente escolar é palco de complexas dinâmicas socioculturais que refletem as tensões da sociedade. Assim, as narrativas das estudantes de pedagogia, enquanto estagiárias, ilustram as formas em que a violência permeia as interações intraescolares e a forma como se manifestam. Nesse contexto, é essencial tal reflexão sobre as práticas vistas, problematizando e confrontando as estruturas de poder que perpetuam a coerção, para que as mesmas mudem, de forma a tornar o ambiente escolar um local sem violências, respeitando a singularidade e o ser de cada um.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. 1. ed. São Paulo: EDITORA SCHWARCZ S.A, 2012. 758 p. v. 1. ISBN 978-85-438-0102-5.

DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 400p

SOCIOLOGIAS, C. E.; CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, *[S. l.]*, v. 4, n. 8, 2008.

FREIRE, PAULO. Pedagogia do Oprimido. 87. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1968.